**UMA BREVE ANÁLISE DECOLONIAL ACERCA DAS PRÁTICAS LÚDICAS DESENVOLVIDAS NO PROJETO DE EXTENSÃO LUDICIDADE AFRICANA E AFROBRASILEIRA (LAAB).**

Bianca de Araújo Neves

Graduanda de Pedagogia. Discente UFPA

[biancanevesaraujo5@gmail.com](mailto:biancanevesaraujo5@gmail.com)

Débora Alfaia da Cunha

Doutora em educação. Docente UFPA

[alfaiadacunha@gmail.com](mailto:alfaiadacunha@gmail.com)

**Resumo**: O presente trabalho se configura como uma análise decolonial acerca das ações do Projeto de extensão Ludicidade Africana e Afro-Brasileira desenvolvidas no Campus Universitário de Castanhal. Baseamo-nos em alguns teóricos que discutem sobre a temática pós-colonial como: Carlos Brandão (2007); Rámon Grosfoguel (1998); Vera Candau (2012) e Nilma Gomes (2012). E autores como Débora Cunha (2016) e Luiz Leal (2013), que pensam acerca da ludicidade como manifestação cultural. Metodologicamente, o trabalho é uma análise documental que parte de relatórios das atividades do projeto de 2012 a 2018. Os dados levantados evidenciam que as atividades lúdicas com crianças e as oficinas de formação de educadores são uma possibilidade de construção de conhecimentos de libertação e instigam o respeito às diferenças, valorizando a cultura africana, esta que ainda é bastante marginalizada por conta da histórica colonização e escravização de pessoas negras no período colonial. Além do mais, os jogos e brincadeiras instigam a coletividade e o respeito entre as pessoas, desafiando-as a conviver e ver o belo em estar no mundo com as diferenças.

**Palavras-chave**: Educação. Interculturalidade. Decolonialidade. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Ludicidade.

**Introdução**

O Brasil foi um país colonizado e esse sistema colonial escravizou milhões de pessoas negras africanas, obrigando-as a se deslocar de seus países de origem para outros continentes como a América Latina. Mesmo os povos nativos desse novo continente também foram colonizados e escravizados, além de serem dizimados de forma violenta. Neste contexto brutal, a educação destaca-se como estratégia de dominação colonial.

Logo, podemos imaginar porque nos foi imposto que o europeu “descobriu” o Brasil. Na verdade, o europeu encobriu esse território, impôs sua cultura sobre as diversas outras manifestações culturais e religiosas aqui existentes antes de sua chegada. Desconstruir esse pensamento colonial e propor formas mais democráticas e de respeito a diferença é uma tarefa importante para a escola contemporânea. Tarefa que exige a desconstrução de práticas e mentalidades coloniais, bem como a proposição de novas formas de olhar a diferença na escola.

Nesse contexto, esse trabalho irá analisar sobre as ações de extensão promovidas pelo Projeto Ludicidade Africana e Afro-Brasileira (LAAB), que visam promover a formação inicial e continuada de professores (as) acerca da questão étnico-racial através da cultura lúdica africana e afro-brasileira. Além disso, promove atividades culturais, na modalidade de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras em escolas públicas municipais com crianças e jovens da educação infantil, ensino fundamental e EJA.

O projeto compreende que a vivência lúdica permite um encontro prazeroso com a arte e cultura corporal africana e afro-brasileira, permite ainda a vivência de valores afro-civilizatórios e o reconhecimento que a cultura brasileira também é herdeira da tradição e ancestralidade negra.

Os jogos e brincadeiras selecionados pelo LAAB, para as vivências lúdicas, observam a faixa-etária dos participantes e/ou a finalidade da ação, se é para a formação de educadores ou para a diversão de crianças e jovens das escolas. A maior parte das brincadeiras instigam a coletividade, desenvolvem a subjetividade corporal do indivíduo e trabalham a motricidade dos brincantes. Estimulam ainda a estética coreográfica dos jogadores e a construção do belo pelos mesmos, por meio da valorização da negritude em seus diversos detalhes.

Metodologicamente, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que tem como objetivo a análise de artigos que problematizam acerca da Colonialidade de saber em prol de uma pedagogia antirracista no contexto latino americano e africano, pretendendo problematizar e dialogar com as teorias dos seguintes autores: Vera Candau, Ramón Grosfoguel, Nilma Gomes e Carlos Brandão. E, também, autores de debatem sobre a importância da ludicidade na educação: Débora Cunha e Luiz Leal. Tentando responder, a partir da análise dos relatórios do projeto LAAB, a seguinte questão: é coerente pensar as oficinas que são promovidas pelo Projeto de Extensão Ludicidade Africana e afro-brasileira como uma ação de resistência a colonialidade de saber no Campus Universitário de Castanhal?

Nesse contexto, Grosfoguel (1998, p.11) diz que colonialidade de poder trata-se da “continuidade, na era pós-colonial, das relações sociais hierárquicas de exploração e dominação entre europeus e não europeus construídas durante a expansão colonial europeia”. Ou seja, apesar de já ter sido oficialmente extinta a colonização de um país sobre o outro, ainda permanece a identidade colonial, isto é, as diferenças étnico-raciais entres os cidadãos ainda são hierarquizadas, o que reforça o estigma de exclusão e racialização de pessoas com capital simbólico negativo. (GROSFOGUEL, 1998).

Analisar a educação escolar em um país que foi colonizado e escravocrata, significa compreender que essa educação se estruturou em bases racistas e coloniais que precisam ser problematizadas e colocas em questão para mudanças de paradigmas de modo a promover uma educação de fato libertadora.

Além disso, para se aprofundar melhor em uma pedagogia que preze pela autonomia do educando é necessária também uma educação intercultural crítica, que de acordo com Catherine Walsh:

[...] colocar relações em questão é exatamente o foco da perspectiva da interculturalidade crítica. [...] Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderamento àqueles que foram historicamente inferiorizados”. (WALCH, Apud CANDAU, 2012, p.244)

Pensando em uma pedagogia decolonial, que possibilite alternativas aos estigmas e tradicionalismos que permeiam a educação escolar serão expostos nesse trabalho teorias e argumentos que provoquem o pensamento do leitor para um olhar diferente do colonizador, quer dizer, um olhar de admiração pela diferença no âmbito educacional e que estratégias são possíveis para uma educação mais democrática.

**1. Colonialidade do saber e racismo na educação**

Com o fim de debater sobre essa questão, Gomes (2012) no trabalho “*Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos*” faz uma crítica aos currículos colonizados que fazem parte da educação brasileira e como a descolonização dos mesmos precisa acontecer. A autora inicia o texto fazendo a seguinte pergunta: “Como lidar com o currículo em um contexto de desigualdades e diversidade? ” (GOMES, 2012, p. 99).

A partir disso, a autora destaca o fato de que hoje com o ingresso de pessoas negras, indígenas e quilombolas, excluídas historicamente, nas escolas e universidades as demandas aumentam e as falhas dessa educação colonizada ficam em destaque. Pois, quando elas ingressam no ensino público possuem conhecimentos diversos dentro de suas vivências, corporeidades e identidades, mas estão sendo invisibilizados e por isso reivindicam mudanças de currículos para que sejam democráticos, reconhecendo a importância das diferentes culturas.

Simultaneamente, tem-se a Lei 10.639/03 que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas e universidades públicas em todo o Brasil. Mas não é apenas uma inclusão de novos conteúdos na grade curricular, o que precisa acontecer, na verdade, é uma mudança estrutural na construção dos currículos como um todo. Nesse sentido, os ensinos Básico e Superior precisam cumprir a Lei de modo a promover a descolonização da educação. Como argumenta Nilma Gomes (2012, p.105):

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem quietude e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que a produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade.

Por isso existe a Lei 10.639, e, apesar de sua existência, ainda é difícil ser aplicada, porque as escolas e universidades têm dificuldades e, aparentemente, repúdio em romper com a ciência eurocêntrica.

O processo de descolonização dos currículos precisa ser dialógico, pois existe sempre uma resposta do “outro”, aquele que foi sempre discriminado/a e racializado/a. Essas pessoas estando em espaços que não foram feitos para ele/ela, logo, existirão conflitos que precisam ser dialogados e transformados em construções de novos conhecimentos e quebra desta mentalidade hegemônica branca e etnocêntrica. É necessário um diálogo intercultural para que exista a verdadeira inclusão e a descolonização desses espaços.

Esse racismo estrutural é disfarçado na nossa sociedade, por isso é tão difícil romper com a identidade colonial que permeia a educação. O Brasil, viveu 400 anos de escravização de pessoas negras e indígenas, com a justificativa de uma ciência materialista racista. Com isso, tem-se menos de dois séculos de um Brasil sem escravização oficial de pessoas, digo oficial, pois a escravidão não acabou de fato, até porque se não fosse a exploração de pessoas na América Latina o Capitalismo não teria se fortalecido tão rápido.

Quijano explica que o conceito de raça é uma abstração, uma invenção que nada tem a ver com processos biológicos. É no século XVI que se cria a união entre cor e raça, e, mais, esse conceito, para o autor, exerce papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo moderno a partir do século XIX (OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p.19)

Nesse sentido, esse sistema econômico moderno não existiria sem a colonização da América Latina, ele se constitui com base da criação da raça, do gênero e da etnia nesse continente. Sem a escravidão não haveria capitalismo industrial, pois foi por meio da exploração da mão-de-obra escrava e a matéria prima barata que o europeu conseguiu produzir muito e de forma rápida os produtos manufaturados. Logo, esse sistema entra em crise com seus próprios fundamentos, quando sustenta um discurso de autonomia e liberdade, enquanto se estrutura em exploração e exclusão.

É nesse contexto, que a educação formal instituída pelo europeu na América Latina foi e continua sendo uma estratégia colonial de dominação e hoje ainda é carregada de preconceito e discriminação racista, homofóbica, de gênero e contra os povos tradicionais dessas terras.

Assim, torna-se emergente uma mudança na educação formal e desconstrução de paradigmas, porque essa que se faz presente é racista, excludente e aprisiona. E as pessoas invizibilidas precisam conhecer a sua própria história, que foi e continua sendo velada.

**1.2. Educação intercultural e antirracista**

Candau (2010) compreende que o racismo se estende a diversos parâmetros da sociedade, seja na política e/ou na hegemonia de uma só cultura, que se entrelaça com a educação escolar, que vem sendo utilizada como estratégia de dominação, padronização e reforço para a permanência da Colonialidade do saber que vai de encontro aos direitos humanos. Em seu artigo *“Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos****”*** destaca a importância de se compreender as diferenças culturais como riquezas de diferentes lugares de fala que precisam dialogar e estar inseridas no espaço escolar para que haja uma verdadeira educação em direitos humanos.

O que estou querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, desconstruir a padronização e lutar contra as formas de desigualdade presentes na nossa sociedade. Nem padronização, nem desigualdade. A igualdade que quero construir assume o reconhecimento de direitos básicos de todos. No entanto, esses todos não são padronizados, não são os “mesmos”. Devem ter suas diferenças reconhecidas como elemento de construção da igualdade. (CANDAU, 2012, p.239).

De acordo com a autora o conceito de igualdade precisa estabelecer um diálogo com a diferença. Pois, para que exista igualdade as diferenças precisam ser valorizadas e respeitadas como especificidades importantes de cada grupo e/ou sujeitos da sociedade. Visto isso, percebemos que essa perspectiva não condiz com a realidade escolar brasileira, pois na maioria das vezes a igualdade é sinônimo de homogeneização e as diferenças são interpretadas como algo a ser “concertado” (padronizado).

Observando essa realidade a autora diz que “não se trata de afirmar um polo e negar o outro, mas de articulá-los de tal modo que um nos remeta ao outro” (CANDAU, 2012, p.240). O que é imprescindível para que se promova uma educação multicultural em que, segundo Barbosa :

O equilíbrio entre a configuração de uma identidade cultural e a flexibilidade para a diversidade cultural é um objetivo e, provavelmente, uma utopia, que colocará a educação em movimento constante, porque nem a identidade nem os elementos do meio ambiente cultural são fixos. (apud MACEDO, 2010, p. 167).

Diante disso, é inerente que a educação seja dinâmica e se transforme ao longo do tempo, pois, a população brasileira é miscigenada e permeada de conflitos e relações de poder que precisam ser problematizadas por meio de uma contextualização educativa, dando voz aos oprimidos e oprimidas social, histórica e economicamente.

Desse modo, vê-se o multiculturalismo como algo urgente e emergente na sociedade, que segundo Candau (2012) se subdividem em três grupos: O multiculturalismo assimilacionista que reconhece “que nas sociedades em que vivemos todos os cidadãos e cidadãs não têm as mesmas oportunidades” (CANDAU, 2012, p.243) é o que vivenciamos hoje em uma sociedade que não respeita as diferenças, as singularidades são anuladas e engolidas pela cultura hegemônica sem respeito as diversas formas de estar no mundo, existe uma “universalização da educação”.

O segundo, multiculturalismo diferencialista “parte da afirmação de que, quando se enfatiza uma assimilação, termina-se por negar a diferença ou por silenciá-la” (BARBOSA, apud CANDAU, 2012) onde cada cultura fica no seu lugar, sem uma verdadeira crítica a Colonialidade dos saberes, o que reforça ainda mais a desigualdade social e o racismo. E por último o multiculturalismo aberto e interativo que é caracterizado pela interculturalidade, isto é, o diálogo entre as culturas, onde é possível o empoderamento do subalterno.

Nesse contexto, de acordo com Brandão (1984) a educação:

[...] pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (p.4)

Por isso, como foi dito até aqui, a educação pode ser utilizada com diversos objetivos, inclusive como forma de dominação, pois, ela é eminentemente cultural e inerente a sociedade, se utilizando de simbologias para alienar dos que dela dependem. Porém, por meio, da interculturalidade crítica e uma pedagogia antirracista a educação democrática pode se fazer presente e garantir os direitos humanos, basta contextualizá-la e fazer valer a demandas sociais já existentes, como a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que prevê a valorização da cultura africana e afro-brasileira em todo o currículo da educação Básica.

Essa legislação aparece como uma garantia de direitos à população negra brasileira que foi escravizada durante séculos e hoje ainda sofre com o racismo, inclusive na educação. Apesar dessa Lei está em vigor desde 2003 ainda é difícil perceber nas escolas o efetivo ensino e aprendizagem da História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

1. **Ludicidade afro-brasileira: diálogos com a prática pedagógica antirracista**

Partindo das ideias que foram discutidas anteriormente, é esperado que seja possível pensar as oficinas que são feitas pelo projeto de extensão LAAB como uma estratégia importante para que a Lei 10.639 seja efetivada nas escolas por meio da formação inicial e continuada de professores.

Além disso, através desse trabalho de extensão é viável um debate decolonial e intercultural, ou seja, ao mesmo tempo que se promove oficinas lúdicas se faz um diálogo entre as culturas africana e afro-brasileira. Demonstrando que a nossa história é permeada e estruturada por uma diversidade que é rica e precisa ser respeitada. Como diz Quijano pelas palavras de Vera Candau (2010) sobre a colonialidade do saber:

[...] entendida como repressão de outras formas de produção de conhecimento não europeias, que nega o legado intelectual e histórica de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça” (QUIJANO, apud CANDAU, p.20).

Pensando o lúdico africano como um conhecimento trazido pelos povos africanos para o continente americano e que nesse projeto é valorizado e exaltado como estratégia de aplicação da Lei 10.639, podemos perceber como uma manifestação decolonial, pois engloba uma perspectiva que vai de encontro a subalternização desse saber, enaltecendo o mesmo no contexto acadêmico, sendo utilizado em oficinas de formação de professores.

Demonstrando que é necessário e possível o ensino e aprendizado da História e Cultura Africana e Afro-brasileira por meio da ludicidade contextualizada e problematizadora. Onde, se faça reflexões sobre a importância das culturas afro na construção de identidades. Pois, muito do que se brinca no território brasileiro tem origem de países africanos e quando os povos que foram escravizados vieram para o Brasil trouxeram consigo seus costumes e estes foram sendo estigmatizados por conta do racismo que prevaleceu desde a colonização dos continentes.

Nessas circunstancias Débora Cunha (2016, p.22) explica:

Importa destacar que as oficinas evidenciaram uma importante contribuição das atividades lúdicas vivenciadas foi deixar perceber que a realidade da cultura africana é diversa e multifacetada. Tal percepção abalou a visão monolítica que muitos professores apresentavam no início das oficinas, em virtude da precária formação em cultura africana e afro-brasileira.

São os sorrisos coloridos dessas áfricas, suas múltiplas identidades, que buscamos trazer por meio dos diferentes jogos e brincadeiras aqui apresentados. Ao trazer as cores da África não negamos as dores e as dificuldades sociais e econômicas deste continente, mas, sem esquecer tais condicionantes, o que defendemos é a importância de olhar para a beleza do patrimônio negro para que possamos admirar e, efetivamente, valorizar nossa ancestralidade afro-brasileira.

Da mesma forma, os relatórios indicam que os participantes se surpreendem muito com a complexidade e riqueza cultural do continente africano, em especial a diversidade de idiomas. Muitos educadores chegam com a ideia de homogeneidade cultural do continente e saem surpresos com a diversidade dos povos. (RELATÓRIO LAAB 2012).

Pelo exposto, o trabalho de extensão aqui relatado é uma quebra de estigmas, pois, ensina sobre a Cultura Afro-Brasileira com brincadeiras originárias desse continente africano. Durante as atividades sempre se introduz a história da brincadeira que será ministrada, de qual região da África se origina, contando sobre determinada região de forma histórico-cultural. E isso desvirtua o pensamento eurocêntrico dos participantes mostrando a eles um outro olhar sobre essa história e cultura que foram durante muito tempo marginalizadas.

Por isso, também, as oficinas de ludicidade africana são uma ótima ferramenta de afirmação de culturas fazendo parte da historiografia brasileira, e além disso, uma forma de valorizar e ensinar essa história indo de encontro ao tradicionalismo eurocêntrico. Isto é, pensando a brincadeira como produto cultural e acesso a um mundo simbólico, como diz Brougère citado por Leal (2013, p.47):

[...] o próprio mundo externo é uma produção da subjetividade do sujeito, e que a subjetividade do sujeito é, também, uma produção das provisões ambientais. Sendo assim, o fenômeno lúdico, embora trate de um sentimento interno de satisfação, se relaciona, dialeticamente, com o brincar – que é uma ação externa eminentemente cultural [...]. Em lugar de desenvolvimento da cultura, ele enxerga, no jogo, o lugar de emergência e enriquecimento de uma cultura lúdica: é uma acumulação de experiência desde bebê; é interação social e alimenta-se da cultura geral.

Assim, ao mesmo tempo que se introduz conhecimentos subalternizados em ambientes educacionais por meio de uma prática pedagógica lúdica intercultural se está criticando a colonialidade de saberes (CANDAU, 2010). A ludicidade africana e afro-brasileira, entendida como uma manifestação cultural, é um conhecimento advindo de continentes periféricos. Logo, podemos dizer que se trata de uma prática pedagógica decolonial. Partindo do princípio de que a “decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas”. (CANDAU, 2010, p.24). Supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber.

Dialogando com essas ideias, Débora Cunha (2016, p.15) afirma:

O lúdico, por nos colocar em uma situação de inteireza e compaixão, com o outro e com nossos próprios erros, pode nos auxiliar em um processo fundamental para a construção de uma sociedade brasileira realmente democrática: a catarse da intolerância histórica enraizada na alma brasileira. Intolerância que alimentou e ainda alimenta o racismo, o machismo, a homofobia e tantos outros estereótipos que negam ao “outro” o direito de viver a sua diferença. Intolerância que nega a cada um de nós, até aos mais reacionários, o direito de ser feliz, pois coloca acima de tudo e de todos as exigências de se seguir um papel estático e pré-definido de ser humano.

As oficinas lúdicas são uma ótima ferramenta nesse sentido também, pois, articulam saberes, fazendo uma crítica a ideia de centralidade na educação, esta que viola direitos humanos. E isso provoca os sujeitos participantes a se questionarem sobre a sua própria história e ancestralidade. “A brincadeira como elemento motivador para a releitura da cultura e das origens inter-étnicas do Brasil, a partir do encontro com as brincadeiras de origem africana” (SILVA, 2016, p.5). Suscitando uma prática pedagógica de empoderamento de pessoas, mostrando que as “outras” culturas (indígenas e africanas) são também importantes, integram nossa identidade e merecem tanto respeito quanto a cultura europeia.

A aceitação das ações é visível pelo crescimento e diversificação de públicos que o projeto abarca. Ações em escolas, comunidades remanescentes de quilombos, igrejas e eventos permitem acesso a públicos variados em idade e formação. Os relatórios indicam atividades com crianças do infantil e fundamental, jovens do Médio e idosos de programas de terceira idade, evidenciando a força agregadora do fenômeno lúdico. (RELATÓRIO LAAB 2018).

As oficinas lúdicas abarcam uma gama de atividades culturais, como as de jogos africanos, tabuleiros, mancalas, literatura afro-brasileira e contação de histórias. A lista de ações destaca a arte também como um produto lúdico pela capacidade expressiva e propositiva, permitindo um encontro com a estética, o estilo e a cultura combativa africana e afro-brasileira. (RELATÓRIO LAAB 2016).

Em 7 anos (de 2011 a 2018), o projeto atendeu mais de cinco mil pessoas, nas suas diversas atividades. Apesar da diversidade de público, destacam-se as crianças e os professores como principais participantes. (RELATÓRIO LAAB 2013; 2015; 2016; 2018).

As parcerias com o Movimento Negro de Castanhal e com a Secretaria de Educação do município possibilitaram a participação em eventos e projetos colaborativos, ampliando o acesso a alunos e professores do ensino fundamental. Destacam-se atividades alusivas ao Dia Mundial do Brincar, mês da consciência negra, dia das crianças e participação em projetos como o Encrespa, voltado à valorização do cabelo afro. (RELATÓRIO LAAB 2016; 2018).

O relatório de 2016 analisa que o projeto ampliou o repertório lúdico dos alunos de graduação envolvidos no projeto e dos professores atendidos nos cursos de formação, bem como incentivou a problematização acerca da formação docente. Especificamente sobre a formação continuada de professores o projeto auxiliou a diminuir preconceitos em relação à herança afro-brasileira, descortinando sua filiação ao pensamento decolonial.

**Conclusão**

A partir da análise realizada, conclui-se que as oficinas promovidas pelo Projeto de Extensão LAAB são práticas pedagógicas decoloniais, pois resistem à lógica racista e colonial originária do período histórico de colonização do Brasil. Propondo uma educação intercultural, onde a negritude é positivada e valorizada.

Outro entendimento é de que as oficinas de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica também podem ser uma prática pedagógica antirracista e uma estratégia de cumprimento da Lei 10.639/06, esta que obriga o ensino da Cultura e História Afro-Brasileira e Africana em todo ensino básico, de modo interdisciplinar, pois em uma brincadeira é possível abordar diversas disciplinas: Arte, História, Geografia, Literatura, Matemática, entre outras.

Nesse sentido, entende-se pelos fatos abordados que é necessário um investimento maior nesse tipo de projeto, porque, são práticas de ensino que promovem a libertação dos sujeitos participantes, compartilhando um olhar divergente do colonizador. Isto é, formam profissionais mais capacitados para uma educação mais divertida e inclusiva, viabilizando uma prática pedagógica antirracista, que valoriza as diversas linguagens das diferentes culturas no processo de ensino e aprendizagem.

**REFERÊNCIA**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Col. Primeiros Passos). ISBN 85-11-01020-3.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação e Sociedade, Campinas, v.33, n.118, p.235-250, jan-mar. 2012.

CUNHA, Débora Alfaia de. *Brincadeiras Africanas para a educação Cultural*. 1ª Edição. Edição do autor: Castanhal, 2016.

OLIVERIA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista,* Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Relações ético-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v.12, n.1, pp.98-109, Jan/abr. 2012.

GROSFOGUEL, Ramón; GEORAS, Chloe S. ‘Colonialidade de poder’ e dinâmica racial: diásporas caribenhas na cidade de Nova Iorque. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.33, pp.7-29, setembro. 1998.

LEAL, Luiz Antônio Batista. A ludicidade como princípio formativo. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v.1, p.41-52, fev. 2013.

PROJETO LUDICADADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. *Relatório anual 2012***.** UFPA: Castanhal, 2012. (mimeo).

PROJETO LUDICADADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. *Relatório anual 2013***.** UFPA: Castanhal, 2013. (mimeo).

PROJETO LUDICADADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. *Relatório anual 2015***.** UFPA: Castanhal, 2015. (mimeo).

PROJETO LUDICADADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. *Relatório anual 2016***.** UFPA: Castanhal, 2016. (mimeo).

PROJETO LUDICADADE AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA. *Relatório parcial 2018***.** UFPA: Castanhal, 2018. (mimeo).